

O Dinamismo da Economia e seus Paradoxos na Proteção do Consumidor

Adriana Costa dos Santos

Juíza de Direito da 21ª Vara Cível - Capital

O tema em tela é de suma importância, nos tempos atuais, não só para a área do Direito, mas, também e, principalmente, do ponto de vista social e econômico dos países que se defrontam com a prática da chamada “pirataria”; ou seja, com o mundo real das falsificações.

Com o avanço de transações econômicas, a sociedade capitalista instiga, cada vez mais, a aquisição de objetos de consumo: trata-se de produtos de higiene ou vestuário ou outra destinação, como o lazer. Somos levados a consumir de forma desenfreada.

É a demanda do mundo globalizado. Hoje, contratamos e pagamos pelo meio virtual, basta informar dados do cartão de crédito; ou seja, nem mesmo estamos presentes fisicamente no momento da contratação: é tudo virtual! E não conseguimos pensar o mundo de hoje sem essas facilidades; temos pressa para tudo.

A cada dia nos deparamos com novas descobertas, invenções, tecnologias. As propagandas nos deixam na mente a ideia de que é preciso estar “atualizado” com os produtos de última geração. Muito mais do que uma necessidade, o consumo virou um vício: é importante comprar determinada marca: chique e de ponta. Aquela marca que um amigo ou artista famoso usa: aquela marca veiculada em alguma propaganda...

Não queremos mais só ter um telefone celular; importa exibir um celular de última geração, com inúmeras funções. Com isso, verifica-se que o consumo vai muito além da utilidade do produto: virou símbolo de “status”, que expressa forma de poder.

É óbvio que produtos de boa procedência, de qualidade, modernos, na maioria das vezes, são caros, cuja aquisição exclui os mais humildes. Eis porque, comprar o objeto de desejo inclui o referido consumidor no rol dos poderosos.

O mundo das propagandas não nos deixa esquecer que “é legal ter este ou aquele produto; ou melhor, ter ambos”. Conforme essa lógica, aqueles que não podem adquirir tais objetos de desejo são excluídos... Ainda existem aqueles que, por mais que aspirem à aquisição, não concordam com o custo-benefício da compra e também são excluídos, ou ainda aqueles que, felizmente, se recusam a comprar fraudes, pelo próprio ilícito da ação.

Mas, para os que não se importam com a legalidade, surgem as saídas para a “ciranda do consumo”: as falsificações, a pirataria... Sempre fácil de obter, tanto do ponto de vista de sua localização física, quanto sob o critério financeiro, já que infinitamente mais baratos do que os originais.

E assim, entusiasmados com a possibilidade de compra, do poder de possuir o bem desejado, esses consumidores esquecem os aspectos negativos: produtos de má qualidade, sem qualquer tipo de controle ou garantia da qualidade ou da eficiência do bem, ou ainda da própria prática delituosa que permeia tal comércio.

Além dos riscos pessoais do consumidor, há o prejuízo para toda a coletividade, vez que nem mesmo os impostos que se destinam ao interesse público são arrecadados. Enfim, os danos são incalculáveis.

Vejamos, por exemplo, o mercado de falsificação de CD's. Nessa prática, o consumidor compra produtos de péssima qualidade, com defeito, que podem danificar seus aparelhos de som e ainda prejudicar os músicos que não recebem os direitos autorais, sem contar todos os demais profissionais envolvidos na indústria, que deixam de receber o que lhes cabe pelo trabalho.

Em nosso tempo de infância, eram inúmeras as lojas de LP's e fitas cassetes. Hoje, os CD's têm espaço discreto em alguns magazines que, certamente, não dependem das vendas de produtos de boa procedência para a sobrevivência. Com a evolução tecnológica, a moda é “baixar da internet” as músicas, ferindo, assim, a legislação dos direitos autorais e tributários. Enfim, produtores e consumidores são prejudicados.

E não é só música, mas, também, filmes... Há obras cujo acesso se torna viável, antes mesmo do lançamento nacional da produção, “baixados da internet”. E quanto se gastou na produção do filme? Quantos trabalhadores, entre autores, diretores, atores, e outros profissionais?

Não se discute que a internet é uma das invenções mais fantásticas

dos últimos tempos. Facilita o estudo, o aprendizado, o conhecimento, mantendo-nos atualizados com o melhor do que se produz no mundo inteiro. Aliás, vivemos, através desse recurso moderno, a sensação de poder estar em qualquer lugar, no tempo que desejamos. Enfim, “quem não está conectado, está fora do mundo”. Assim, o mundo virtual é a nossa realidade!

Mas não se pode negar que também é uma vigorosa fonte de tormentos: fraudes, abuso de intimidade, meio para falsificações, crimes contra os costumes, entre outros delitos.

Com relação ao custo da falsificação, é claro que os produtos falsificados são mais baratos, porque não utilizam materiais de qualidade, não pagam impostos, nem sofrem fiscalização. Assim, quando adquirimos um desses produtos, além da pura e simples prática delituosa, corremos riscos, cuja abrangência pode alcançar a saúde e até a vida. Os exemplos são muitos: um capacete de motociclista que não passa pelo controle de qualidade, uma cadeirinha de carro para bebês, um remédio, um bronzeador, um cosmético, um brinquedo, um alimento...

Tudo sem controle de higiene, segurança, não se sabendo os vícios que podem conter para o usuário... E a indenização? Quem irá reparar? Qual a garantia?

Imagine um remédio falso, ineficaz, que pode ainda provocar efeitos colaterais. Ou um brinquedo que não passou pelo controle de qualidade, ao ser utilizado por uma criança que não tem noção de perigo? Que mal pode fazer tal uso à criança? Um produto de higiene que não respeita os padrões de higiene? Todos esses exemplos trazem implícito o risco de causar um dano a saúde e vida do usuário.

Mas a prática das falsificações segue, porque há consumidores, compradores, que alimentam a referida indústria da fraude. Por mais que se pretenda o controle, os usuários alimentam essa mina de ouro, sem a necessária informação que viabilizaria controle e combate eficientes.

Com isso, em uma primeira análise, verifica-se que a facilidade, tanto de compra, quanto de preço são tentadoras e decisivas, na maioria das vezes. Poder ter aquele celular de “marca”, aquele tênis sensação do momento, aquela bolsa com que uma atriz foi fotografada, ou ainda aquela daquela marca que se sabe ser cara e por isso famosa...

Objetos de desejo acessíveis, ainda que falsos... E quanto mais per-

feita a fraude, maior o valor do produto. Essa onda consumista alimenta o mercado da fraude. Em que pese algumas falsificações serem muito similares, a grande maioria é grotesca. Com isso, o “status” que se buscava já não existe: aquela bolsa falsificada, aquele tênis falsificado, etc...

Vale acrescentar que, como os produtos não são de qualidade, sua vida útil é infinitamente menor; porém, muito pior é que a maioria pode prejudicar a saúde e a segurança do consumidor: produtos que não atendem às normas técnicas, põem em risco a segurança de quem os consome.

O controle de qualidade é feito a partir de vários testes com o produto, que leva selos de garantia de qualidade. Há algumas semanas, um programa de televisão mostrou a falsificação, justamente, desses selos de garantia; ou seja, demonstrou a viabilidade de compra de cartelas inteiras de selos falsificados de controle de qualidade... Assim, não é só o produto que é falso, pois o selo também é.

Como se pode depreender, a indústria da pirataria busca diuturnamente maneira mais sofisticada de obter lucro. Portanto, além de ter que se preocupar com o produto, o consumidor precisa ter cautela com as garantias.

No caso do Brasil, existem centros onde são comercializadas as falsificações, onde a pirataria está instalada, demandando dos setores públicos competentes uma verdadeira organização para o seu combate. Violando todas as regras, as vendas continuam, porque existe o lucro que persiste, porque há sempre consumidores. Decorre do exposto que essa cadeia de consumo produção-venda-consumo é um desafio.

Com isso, verifica-se que um dos grandes responsáveis pelas infrações desta natureza é o consumidor, que alimenta o crime, comprando os produtos. Se não houvesse o lucro, o negócio fatalmente acabaria.

Um primeiro passo, no combate às falsificações, requer conscientizar a população dos prejuízos gerados por este mercado. Trata-se de tarefa árdua, pois atua em delicada área: excluir os compradores do universo do consumo, o que implica vedar seu acesso aos produtos do desejo, os quais não seriam possíveis de forma lícita.

Portanto, tanto como combater a venda, cumpre desestimular o consumo. Quem nunca viu os chamados “camelôs” vendendo produtos em alguma rua? Ao chegar a Guarda Municipal, aqui no Rio de Janeiro, por exemplo, os vendedores fogem e com eles os clientes... Quando a Guarda

Municipal vai embora, imaginando que já fez seu trabalho, os ambulantes voltam, assim como compradores. É um ciclo vicioso...

O combate às infrações dessa natureza precisa passar por uma conscientização da população sobre os males decorrentes de tal prática. É preciso conscientização de que comprar produtos falsificados muito mais do que prática delituosa, é perigosa e pode acarretar sequelas irreversíveis.

Outro ponto delicado é a questão dos impostos sonegados. É muito difícil convencer a sociedade de que os impostos não arrecadados seriam utilizados em prol de toda a sociedade. Como excluídos, não acreditam no bem estar social, não conseguem enxergar as obras públicas como um benefício. Questionam: pagar imposto para quê? Não confiam nas administrações públicas. Há uma cultura errônea de que tudo que é público é ruim. E mudar essa mentalidade é muito difícil. Por que pagar impostos em um país onde os políticos não podem ser levados a sério, em sua maioria? É assim que a maioria da população pensa. E os escândalos noticiados na mídia em nada ajudam a pôr fim a esse pensamento nocivo.

Enfim, aqueles que têm o dever de reprimir tal prática têm um trabalho árduo a ser feito. Combater duas esferas: a repressão à produção e ao consumo das falsificações.

Quando nos deparamos com a magnitude do mercado de falsificação, ficamos surpresos com a sua força. Estão em toda parte, negociando todo tipo de mercadoria e sempre encontrando destinatários finais.

E há outro problema menos comentado, mas também de suma importância. Em que pese os centros de mercados livres, populares, “camelódromos”, não recolherem impostos e terem produtos muito mais baratos, sua concentração tem o condão de “chamar a clientela” e os comerciantes oficiais, aqueles que pagam seus impostos, ficam esperando as “sobras”, pois com o movimento, surge a possibilidade de alguma venda.

Quando o mercado popular da Rua Uruguaiana no Rio de Janeiro foi fechado, o mercado ao seu redor sofreu as consequências: lojas vazias, já que o mercado popular faz a propaganda, trazendo fregueses para a vizinhança. Então, o que deveria ser visto com bons olhos pelos comerciantes oficiais, nem sempre ocorre... E surgem mais aliados, ainda que indiretamente.

Enfim, o trabalho é só um curto esboço sobre um tema tão comple-

xo e tão importante nos dias atuais. Não se pretende tecer teses ou elaborar teorias, mas, apenas traçar um panorama da realidade da situação, hoje.

O combate a um delito com tantos aliados é tarefa árdua e deve ser travada rotineiramente. As falsificações proliferam a cada dia, há sempre nova forma de falsificação, novo produto, nova ideia...

Nessa linha de pensamento, o combate também precisa estar atualizado. Um dos grandes aliados ainda são os meios de comunicação, que têm o poder de conscientizar a população acerca dos riscos, para a saúde, quanto para a segurança dos produtos negociados, como incentivo a denunciar as práticas e os locais onde são realizadas.

A partir de denúncias é possível a repressão mais eficiente...

Temos acompanhado reportagens que mostram a escala de produção dos produtos, sua origem, onde são comercializados e os perigos que oferecem. É uma ajuda de grande valia e essencial para o sucesso da repressão a uma das práticas delituosas, que causam tantos estragos na sociedade e para a sociedade.

É preciso apoio do Poder Público àqueles que enfrentam diretamente tal desafio, criando meios e condições de um trabalho mais eficiente, com destinação de verba e pessoal para os locais mais críticos. Só assim poderá ter êxito tal tarefa. ❖